

## **Três Palavras para Mudar a Comunidade**

### **Resumo**

Na evolução do domínio científico do Planeamento Linguístico tem sido feito um caminho no sentido do alargamento de diferentes objetos de estudo e intervenção, conseqüentemente de metodologias mais individualizadas, até pelas exigências próprias dos objetos de estudo e de intervenção.

Num percurso especialmente marcado por Cooper e por Spolsky, este artigo visa expor o trabalho efetuado na comunidade da Costa da Caparica em torno de apenas 3 palavras – no que se poderia classificar de micro planeamento – que poderão ter profundas implicações na imagem identitária da comunidade.

### **Abstract**

In the evolution of the scientific domain of Language Planning it is clear a path of broadening the kind of objects of study and intervention and subsequently implying more individualized methodologies, derived precisely by the characteristics inherent of the new objects of study and intervention.

Specially influenced by Cooper and Spolsky, this article aims to expose to discussion the work being done in Costa da Caparica around just three words, in what could be called micro planning, but could eventually have deep consequences in the identity images of the community.

---

Como domínio científico, a Política de Língua e Planeamento Linguístico (PLPL) é muito recente, veja-se (Kaplan & Baldauf Jr., 1997), (Ricento, 2000) ou (Wright, 2004), por exemplo.

A década de 1950 é normalmente assinalada como a sua origem, motivada pela dinâmica do pós-guerra e da sua influência no surgimento de novas nações, no que muitas vezes é referido como uma etapa de “construção de nações”, nas quais as opções linguísticas tiveram um relevo especial.

São frequentemente identificados três períodos distintos na evolução do domínio científico da PLPL: o primeiro, de génese, no âmbito da “construção de nações”, como atrás referimos, foi seguida por um período especialmente crítico, que contestou a orientação política e cultural subjacente à investigação e às intervenções desenvolvidas no primeiro período da disciplina.

As principais acusações, de natureza política, classificavam a orientação anterior de neocolonialismo, por aplicar conceções políticas próprias do “ocidente”, onde, por exemplo, não era frequente o domínio de 4 ou 5 línguas diferentes, prevalecendo o conceito de uma nação, um estado, uma língua.

Foram apresentados argumentos igualmente substantivos, quer no domínio de questões de estatuto, no âmbito das línguas comunitárias e correspondentes opções de línguas nacionais, quer no domínio do corpus, nos âmbitos mais variados da dicionarização, romanização, etc. e ainda no domínio da aquisição, pelas implicações no sistema educativo diretamente ligadas às definições da Política de Língua Nacional.

Esta segunda fase veio a ser ultrapassada por uma terceira, e atual, determinada pela dinâmica da globalização e dominada pela implantação, crescimento e fortalecimento das instituições transnacionais, pela intensificação dos contactos diplomáticos, políticos, económicos e sociais entre estados e, especialmente, entre comunidades, empresas e mesmo cidadãos, particularmente capacitados pelas tecnologias de informação e comunicação, vindo, assim, a alterar profundamente as premissas de reflexão no domínio do PLPL.

Não é, igualmente – na minha modesta opinião – de ignorar a evolução filosófica e metodológica do pós-modernismo, entre outras, que abrem espaço para análises mais abertas ao individualismo, por um lado, mas por outro também mais permissivas a leituras transdisciplinares, aceitando a recusa das grandes narrativas, em troca da aceitação de casos particulares que não se procuram extrapolar.

Talvez ainda mais importante, a aceitação de lógicas não lineares e dos sistemas complexos vieram favorecer a possibilidade de um enfoque muito diferente na abordagem do planeamento linguístico, da sua relação com a cultura e da relação destas com a realidade.

Apresentada esta evolução, feita de grandes traços históricos, resta apresentar uma outra dinâmica basilar desta apresentação e igualmente iniciada por Cooper (1989, pp. 36-38) sobre o escopo permissível nos objetos de estudo do Planeamento Linguístico.

A questão é que até à data da publicação da sua famosa obra, 1989, a literatura deste domínio tinha consagrado quase exclusivamente grandes “agregados sociais”, como são os países. Cooper, coloca a hipótese da abordagem de outras realidades sociais, muito mais pequenas como o exemplo que oferece: a comunidade da sua sinagoga, composta por cerca de 100 famílias.

Cooper claramente refere que esta sua posição é tomada ao invés da opinião generalizada dos autores da disciplina – que a consideram uma banalização – mas defende-a afirmando-a, pelo contrário, como um enriquecimento.

Não é de admirar que seja Bernard Spolsky quem venha chamar a atenção para esta inovação na sua obra “Language Policy” (Spolsky, 2004, p. 42). Não é de admirar porque, primeiro, segundo ele próprio afirma, acompanhou de perto a escrita de “Language Planning and Social Change”, mas, sobretudo, porque cinco anos depois irá desenvolver substancialmente esta perspetiva na sua obra “Language Management” (Spolsky, 2009), em que esta maleabilidade – entre outras propostas – constitui um polo inovador.

É, portanto, nestas linhas teóricas e metodológicas que inscrevo este meu trabalho em redor de três palavras, que não sendo as únicas que estão a constituir objeto da minha intervenção, representam com clareza o tipo de intervenção no domínio do Planeamento Linguístico que estou a desenvolver pessoalmente na comunidade onde resido: a Costa da Caparica.

Através destas três palavras desejo realçar a importância da herança histórica da cidade, a importância da sua cultura original, a importância do seu património, apesar de ser expresso em materiais pobres, como a madeira ou as redes, ou mesmo imateriais, como a gastronomia, os trajes, o folclore ou a literatura oral.

Estou, naturalmente, consciente do esforço existente em torno de palavras isoladas, nomeadamente no domínio político, em que, por exemplo, “despedimento” passa a “mobilidade” e posteriormente a “qualificação”. Porém,

não são essas estratégias as que reputo de maior interesse. Tratam-se de manipulações lexicais que tentam esconder o sol com uma peneira, ou criar um “nevoeiro” semântico de ocultação do seu verdadeiro sentido.

Para mim – e neste trabalho – o interesse está precisamente nas ações definidas pelo título de Robert L. Cooper: “Planeamento Linguístico e Mudança Social”, ou seja, desenvolver a possibilidade de produzir mudanças sociais através das palavras, da língua.

Antes de avançar para as palavras propriamente ditas, tentemos definir um pouco o território e a comunidade.

### **A Costa da Caparica**

A Costa da Caparica é uma freguesia do concelho de Almada, na margem sul do rio Tejo, em frente a Lisboa. As suas praias de cerca de 14 km de areia branca e fina, assim como a pureza da água do mar, sem a poluição que tem marcado as praias da linha do Estoril, fazem com que seja visitada com grande frequência pelos residentes de Lisboa e arredores, tornando-a muito familiar aos habitantes da região.

Porém, trata-se de uma familiaridade enganadora, pois apesar de serem conhecidos sobretudo os caminhos que vão dar à praia, a sua realidade social, a sua história e, especialmente a sua cultura, são em grande parte desconhecidas e, em muitos aspetos, apesar de conhecidas, desprezadas.

A Costa da Caparica, administrativamente deixa de fazer parte da freguesia da Trafaria em 1949, é elevada à categoria de vila a 9 de Julho de 1985, e a cidade a 9 de Dezembro de 2004.

Conta, segundo os Censos de 2011 com 13 418 habitantes.

A sua fundação, no século XVIII, deve-se à fixação de grupos de pescadores –as companhas – da tradicional Arte-Xávega, uns vindos do norte, da região de Aveiro, outros do Algarve.

É esta matriz cultural derivada da Arte-Xávega, das comunidades de pesca artesanal, que constitui a forte marca identitária da cidade, apesar de,

quase na mesma altura se começar também a exploração agrícola das Terras da Costa, ainda hoje consagradas como reserva agrícola.

A cultura popular destas comunidades, expressa-se em diversos aspetos imateriais, canções, danças, gastronomia, traje, literatura oral, etc. e noutros, materiais, como iremos referir especialmente neste caso, na arquitetura e na construção naval.

Porém, quando falamos de arquitetura e construção naval como expressões culturais genuínas destas comunidades temos de falar na pobreza dos materiais usados e, especialmente, da sua perecibilidade.

Este traço – materiais pobres e pouco resistentes ao tempo – acompanhando ainda a sua característica claramente instrumental, vem dar grande relevo aquilo que, na disciplina de Planeamento Linguístico, é uma das suas três áreas de trabalho consagradas: o Estatuto.

A capacidade para compreender que a minorização a que a cultura da Costa da Caparica estava a ser votada pela Câmara Municipal, pela administração central e pela Sociedade CostaPolis se centrava numa questão de estatuto foi uma primeira contribuição do Planeamento Linguístico.

### **A Primeira Palavra: “Arte-Xávega”**

A Arte-Xávega é uma rede e também um método de pesca – artesanal – de arrasto para terra.

Segundo alguns estudiosos, poderá ter pelo menos três mil anos (Souto, 2007, p. 107).

A Costa da Caparica foi fundada por comunidades de pescadores que usavam – e usam – esta técnica em meados do século XVIII. Estas comunidades dispunham de uma organização social – a companha - com hierarquização funcional de complexidade relevante (Nunes, 1993).

As companhas, quando começaram a pescar, muito antes de se fixarem definitivamente nos areais da Caparica, estavam completamente sós, sem qualquer outra presença humana.

O povoamento deste areal seguiu os movimentos migratórios dos pescadores. Primeiro a igreja e só muito mais tarde, o estado. Por volta dos

anos 50 do século XX a Costa da Caparica ainda era um bom lugar para fugir da lei (Correia, 1950).

A denominação Arte-Xávega foi proposta por Baldaque da Silva (1891) nos finais do século XIX e provém da necessidade de compatibilizar as divergências entre Algarvios e Beirões.

As comunidades do Algarve chamavam a esta técnica a Xávega, enquanto as do norte a denominavam por Arte. Para evitar questões de regionalismos estéreis, mas vigorosos, a denominação hifenizada tentava encontrar terreno pacífico.

A Costa da Caparica foi precisamente fundada por companhas desta proveniência: umas do Algarve, outras da Beira. As primeiras estabelecendo-se a Sul do que hoje é a Rua dos Pescadores, as segundas, a Norte.

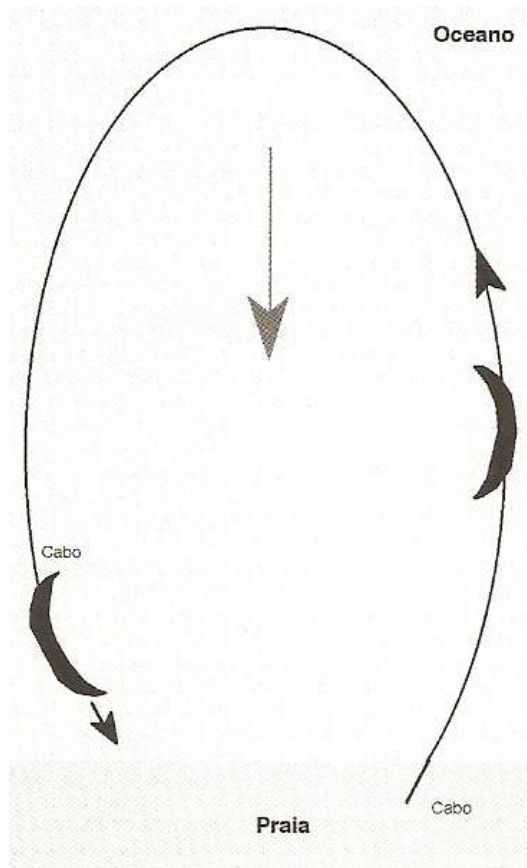
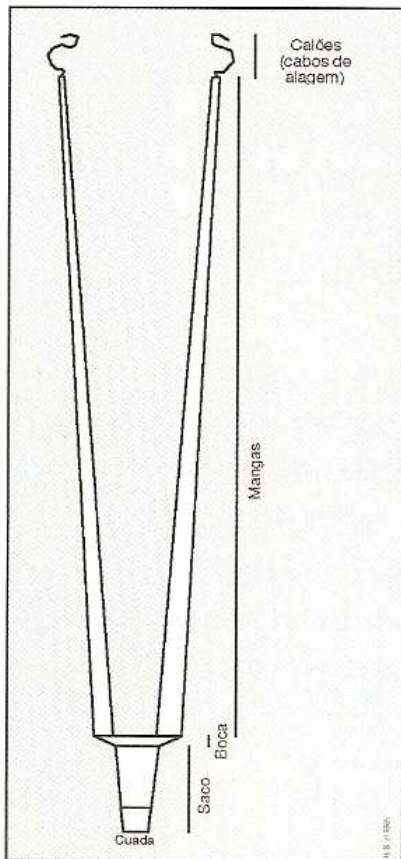
Primeiro em visitas sazonais, queimando os seus abrigos depois da safra, depois estabelecendo-se definitivamente, a coexistência destas duas comunidades não era pacífica, como atesta um folheto de cordel (?, 17??) referido, copiado e atualizado por Mário Silva Neves (Neves, 2008, pp. 66-70).

Se é fato que esta rivalidade exacerbada pelo acesso à pescaria foi registada em meados do século XVIII, ela ainda é registada por altura de 1950, por Romeu Correia, quando habita na Costa da Caparica e escreve o seu romance “Calamento”, já anteriormente referido, cujo trama gira, precisamente, em torno dessa mesma rivalidade, ainda muito viva há tão pouco tempo.

Presentemente, pela minha própria experiência, a rivalidade norte / sul na Costa da Caparica está em transformação e já não se aplica tanto à proveniência geográfica dos habitantes. Tive oportunidade de apresentar uma configuração diferente desta oposição num artigo apresentado numa conferência recente (Salomão, 2012)

Por esta razão, a Costa da Caparica é terra da Arte-Xávega, o único local onde ambas as denominações conviveram.

Apresentamos agora duas imagens cedidas gentilmente por Henrique Souto e constantes na sua obra *Comunidades de pesca artesanal na costa portuguesa na última década do século XX* (2007, pp. 106-107).



Tal como podemos ver na figura apresentada à esquerda, no original, na página 106 como Fig. 41, a rede da Arte-Xávega dispõe de dois braços, onde se prendem os “calões”, ou cabos que depois são puxados para a praia.

Os dois braços, ou “mangas”, da rede, que podem ter dimensões que variam conforme diversas condições (mais uma vez a estratégia adaptativa) têm no meio um saco, destinado a ir aprisionando o peixe, que já não poderá sair da sua extremidade final, o saco e a “cuada”.

Na figura da direita, no original, na página 107 como Fig. 42, o autor descreve a forma como se processa este tipo de pesca de arrasto para a praia.

O barco, com as redes a bordo, deixa um calão (cabo ou corda) preso na praia – a banda panda – e sai para o mar, em direção perpendicular à praia, soltando o calão à medida que se distancia. Ao chegar ao fim do calão (e início da manga), a embarcação muda de rumo, passando a deslocar-se paralelamente à praia, largando as mangas até chegar ao ponto em que se inicia o outro calão – a banda barca – mudando de novo de rumo, passando então a dirigir-se à praia, transportando consigo o calão até atingir a praia.

Nessa altura, a rede está aberta no mar, como os pescadores dizem, tal como um homem de braços abertos, com uma corda (o calão) em cada extremidade até à praia. Começa-se então a puxar estas cordas, fechando os “braços” (mangas) da rede e forçando o peixe a ir para o saco.

Antigamente, a alagem – puxar a rede para terra – era feita por bois nas Beiras e por homens e mulheres (a companha) na Costa da Caparica. Hoje são usados meios mecânicos em todas as praias, exceto por uma companha na Meia Praia, em Lagos.

Desde o início, juntamente com vários outros, especialmente acompanhando o Dr. Alfredo Pinheiro Marques, Diretor do CEMAR, sempre usei a denominação proposta por Baldaque da Silva e tentei que fosse consagrada em todas as iniciativas desenvolvidas quer pela Gandaia, quer pelos artigos no Notícias da Gandaia.

Curiosamente, em 2013, na sequência de movimentações reivindicativas dos pescadores da Beira Litoral, especialmente em Mira, foi fundada uma Associação, a APX (leia-se “há pêxe”) em que é consagrada – na Beira – a denominação de Xávega.

Tendo em conta que se trata de uma iniciativa que parte daqueles que, desde o século XIX se opunham à denominação de xávega, contrapondo a de “arte”, que usavam, de resto, indiscriminadamente a qualquer rede, é legítimo colocar a hipótese de estarmos perante a consagração do termo Xávega, para esta forma de pesca artesanal, a nível nacional.

São, no entanto, usadas algumas variantes, que não fazem grande sentido, como “arte da xávega”, arte xávega (sem hífen), por exemplo, isoladas do seu sentido histórico, social ou até semântico e gramatical.

Porém, trata-se de um trabalho em progresso, uma questão que vem desde finais do século XIX e que, como vimos, continua em desenvolvimento. Tanto pode evoluir para a simplicidade da Xávega, como conhecer outra forma.

No âmbito das minhas atividades na Costa da Caparica tive oportunidade de defender não só esta denominação, como a sua importância cultural e até de propor a sua candidatura a Património Imaterial da Humanidade.

Foi com muito prazer que vi estes objetivos consagrados por todas as forças políticas concorrentes às eleições autárquicas de setembro de 2013,

especialmente pelo candidato do PS, que foi eleito Presidente da Junta de Freguesia e que, no seu currículo se proclamou “o principal apoiante da Arte-Xávega a Património Imaterial”.

Apesar desta palavra ser muito usada na Caparica, ela é de uso nacional e, portanto, dificilmente poderei condicionar o seu uso com os instrumentos de que disponho.

No entanto, o verdadeiro objetivo, como se disse, não é a adoção desta palavra hifenizada em particular, mas sim a consagração da importância histórica, cultural e social deste tipo de pesca através de uma denominação nacional e inequívoca. Concluindo, se ficar consagrada em todas as comunidades como Xávega, o efeito é o mesmo.

### **A Segunda Palavra: “Meia-Lua”**

“Meia-Lua” é o barco tradicional da Costa da Caparica cuja silhueta se assemelha a uma meia-lua.

É um parente dos saveiros, de origem próxima beirã, da região de Aveiro, trazido pelos pescadores daí provenientes.

Atualmente já nenhuma “companha” da costa da Caparica usa o “Meia-Lua” para pescar.

O seu manuseamento, que exigia um grande número de homens, que chegaram a exceder as três dezenas de tripulantes, acabou por determinar o seu abandono. Nos dias de hoje a tripulação dos barcos que operam na “Arte-Xávega” na Costa da Caparica têm apenas três homens a bordo.

Apesar de não haver nenhum “Meia-Lua” original na Costa da Caparica, continua a ser um ícone usado por diversas entidades, estatais e privadas, presente em inúmeros logótipos, etc.

As origens deste tipo de barco – o saveiro - são igualmente milenares, sendo mais provável a sua génese ser mesopotâmica (Filgueiras, 1976).

Num artigo já entregue e que aguarda publicação na Revista MUSA do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, tracei uma breve resenha desta embarcação, assim como dos dois exemplares constantes das coleções de museus, um em Portugal, o Museu de Marinha, e outro no Reino Unido, o “World of Boats”.

Como se referiu, as suas origens históricas milenares fazem deste barco um item histórico e cultural muito importante. Porém, é importante sublinhar a diferença entre o “Meia-Lua” e os restantes membros da sua família – os saveiros – nomeadamente os Barcos de Mar, que ainda operam em Vieira de Leiria, Mira e Espinho, pelo menos.

Como é frequente na Cultura Popular, a sua evolução e mutação é frequente. Neste caso, instrumento de trabalho, a necessidade de se adaptar a diferentes condições dita a sua mudança.

Os saveiros adaptam-se às realidades concretas da forma como o mar rebenta na areia, o que varia de praia para praia. O “Meia-Lua” entre os saveiros, é aquele que tem a silhueta mais arredondada, daí o seu nome. Porém, são todos muito semelhantes, sobretudo ao olhar dos que não conhecem estes detalhes.

O problema é a confusão de denominação de “Meia-Lua” a “Barcos de Mar” e mesmo de confundir as próprias embarcações, como fez, por exemplo, a Junta de Freguesia da Costa da Caparica, que substituiu um “Meia-Lua” destruído num acidente de viação por um barco de mar apressadamente adquirido em Pardilhó.

Fixar o nome “Meia-Lua” apenas aplicado aos barcos tradicionais da Costa da Caparica é, por um lado, consagrar a sua identidade, distinta dos restantes saveiros, consagrando o seu valor patrimonial. Porém, por outro é também realçar o mesmo valor em todos os barcos do mesmo tipo – os saveiros – incluindo os Barcos de Mar e, finalmente, dar maior valor à cultura dos pescadores.

### **A Terceira Palavra: Palheiros**

Tal como tive oportunidade de defender num artigo (Salomão, 2010b) e na organização de um Fórum, em 27 de novembro de 2010, os Palheiros da Costa da Caparica constituem parte do seu património cultural.

Houve alguma surpresa nesta luta, até porque os residentes estavam habituados a chamar-lhes “barracas”, termo depreciativo que não permitia descortinar nestas construções nenhum valor patrimonial ou cultural.

Esse era e é precisamente o ponto.

Os Palheiros estão identificados e classificados na arquitetura vernácula desde Leite de Vasconcelos (1941), mas talvez seja com Raquel Soeiro de Brito (2009) e o seu trabalho sobre o grande agregado de Palheiros em Mira, que este tipo de construção, enquadrado na cultura das comunidades de pescadores da Arte-Xávega vem, com nitidez e realce, aos olhos da opinião pública.

No entanto, é na obra “Construções Primitivas em Portugal” que é consagrado o valor patrimonial, cultural e identitário deste tipo de arquitetura vernacular (Oliveira, Galhano, & Pereira, 1994).

As citações podem induzir em erro pois referem edições posteriores, aquelas às quais tive acesso. A investigação de Raquel Soeiro de Brito foi conduzida entre 1957 e 1959, saindo a primeira edição de Palheiros de Mira em 1960 com prefácio de Orlando Ribeiro.

Quanto a “Construções Primitivas em Portugal”, a sua primeira edição viu a luz em 1969.

Todos estes autores são unânimes na defesa destas construções, na indicação clara do seu valor patrimonial e cultural.

Infelizmente, estes Palheiros foram desaparecendo em todo o litoral português, restando hoje poucos exemplares. Naturalmente, o seu desaparecimento está relacionado com a natural exigência de melhores condições de vida por parte dos seus habitantes.

É Raquel Soeiro de Brito que refere que o plano da recuperação dos Palheiros de Mira foi abandonado por comportar custos muito superiores aos do realojamento (2009, p. XII).

Na Costa da Caparica os Palheiros foram a habitação dos pescadores até ao século XX onde começaram a ser usados para outros fins, armazenagem, habitação temporária de ajudantes sazonais – os malteses – até serem todos destruídos por uma certa visão de desenvolvimento, que me vou coibir de adjetivar.

No entanto, a partir do início do século XX, ou mesmo um pouco antes, foram sendo construídas outras casas de madeira, não por pescadores mas por “banhistas”, junto aos palheiros que existiam na altura.

Copiavam as características dos Palheiros, que na altura já não tinham cobertura em estorno, e adaptavam essas características às novas

necessidades, incluindo nalguns casos novas características. No fundo, seguiam a matriz de adaptabilidade deste tipo de construções e, em geral, da cultura popular. Eram, eles próprios, intérpretes da fluidez e flexibilidade que caracterizam as comunidades marítimas, especialmente as dos pescadores (Breton, 1981).

Em meados de 2010 a Sociedade CostaPolis ameaçou destruir os últimos Palheiros, através de um seu funcionário que se apresentou aos proprietários como “o expropriador implacável”. Foi esse o gatilho para iniciar uma reação de defesa da cultura local.

Foi realizado um Fórum com a presença de diversos especialistas, autarcas e cujas comunicações foram publicadas (Salomão, 2010a).

A destruição dos 45 Palheiros ainda sobreviventes foi travada, a Câmara Municipal de Almada encomendou dois estudos, um à Associação Arquitetos Sem Fronteiras e outro à Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (no Monte da Caparica). Ambos confirmaram a importância cultural dos Palheiros.

## **Instrumentos**

Infelizmente, não tenho à minha disposição os instrumentos poderosos do estado, como a escola, ou da comunicação social, como a televisão.

Isso não quer dizer que não tenha à minha disposição outros instrumentos, ou que me seja impossível criá-los. Como venho defendendo há muito tempo, a fronteira do possível está muito além do ponto onde normalmente se pensa que está.

O primeiro passo foi identificar se existe possibilidade de encontrar pares para o desenvolvimento da estratégia e das respetivas atividades. Neste caso, não era difícil. Existia um consenso na comunidade. Como na maioria dos casos, tudo começa com a iniciativa de falar com as pessoas. Sublinho falar.

A segunda questão tratou-se de encontrar uma forma de organização e de realização – no sentido de tornar real – esses objetivos.

Não cabe aqui a história dessa iniciativa, nem a escalpelização desse percurso. Importa sim reter que os seres humanos são eminentemente sociais, logo, é natural a sua associação, e reter também que as comunidades são

espaços abertos à intervenção dos seus constituintes, seja individualmente, seja em grupos organizados. Finalmente, uma terceira ideia a reter, é que a língua, as palavras, são o seu instrumento natural, criam uma rede instrumental da comunidade, mas também uma rede conceptual que sustenta a cultura.

Assim, a minha intervenção usou a Gandaia, uma associação cultural, que não foi criada exclusivamente para o efeito, mas também. Um dos instrumentos dessa associação é o Notícias da Gandaia, uma espécie de jornal comunitário, do qual sou coordenador.

O Notícias da Gandaia é um *website* de notícias e sobretudo de opinião e que emite um Boletim semanal distribuído por correio eletrónico. Uma busca efetuada em [www.gandaia.pt](http://www.gandaia.pt) com as palavras aqui referidas, rápida e facilmente dará notícia do trabalho feito.

Como disse, as comunidades são espaços abertos à intervenção dos seus constituintes. É frequente ouvirmos dizer que “não vale a pena” fazer (ou dizer) nada. Obviamente, não posso concordar com essa posição, apesar de estar consciente (mesmo muito) do peso das consequências de defender publicamente uma posição diferente da maioria. Especialmente em Portugal.

Individual e coletivamente tenho tomado a palavra em Assembleias Municipais e de Freguesia defendendo a importância identitária e cultural destes itens – e respetivas palavras.

Como nota, gostaria de acrescentar como é interessante verificar e registar que em todas as intervenções em comunidades de seres vivos, há inúmeras consequências não previstas. Por exemplo, além destas 3 palavras, no exercício da minha atividade como coordenador do Notícias da Gandaia e como cidadão, um outro termo foi proposto: “Largo da Tábua”, que nomeava um amplo espaço vazio entre os apoios de praia do Carolina do Aires e Tarquínio, a norte, e o Paraíso, a sul.

Esta denominação teve muito mais sucesso, sendo rapidamente adotado. As razões parecem prender-se com a revolta da comunidade em relação à solução arquitetónica deste vazio, onde antes existia o terminal do Transpraia, um carrossel, um estádio de futebol de praia e agora existe um espaço amplo pavimentado por solipas de madeira que, sob a ação do sol e do sal, rapidamente começaram a mudar de posição, encarquilhando e

constituindo um perigo para os transeuntes que na maior parte das vezes aí caminham com sandálias.

Este termo, ao contrário dos que aqui apresentei, não tem nenhuma importância especial no património, na identidade e na cultura da Costa da Caparica, nem cumpre nenhum objetivo essencial. O caso é que foi rapidamente adotado.

É um exemplo que deve ser tido em conta quando falamos de Planeamento Linguístico: não se trata propriamente de engenharia...

## **Conclusão**

Como é evidente, este é um trabalho em progresso, ainda longe de terminado. Porém, é notório que à medida que se vai caminhando, os instrumentos ganham maior penetração e a possibilidade de sucesso aumenta.

Não são apenas os instrumentos exteriores a nós, é a nossa influência junto dos nossos pares.

As ações em torno de palavras, simples palavras, podem ter enormes resultados. Isso constitui uma exigência de reflexão.

Evidentemente, tal como anteriormente referimos, não nos passam despercebidas estratégias que parecem semelhantes por parte, por exemplo do governo, cristalizadas em palavras como “Mobilidade” ou “Requalificação” em vez de despedimento.

Parecem-nos mais relevantes, porque se tratam de tentativas de mudança social através do Planeamento Linguístico, outros exemplos, muito mais edificantes, de estratégias comparáveis, mas desta vez para combater a intolerância, seja relativa ao racismo, ao género ou às preferências sexuais.

Porém, há realmente um denominador comum: o poder das palavras, a forma como elas sustentam os conceitos que por sua vez sustentam a cultura e, por sua vez, a cultura conforma aquilo a que nos habituámos a considerar como a realidade.

A relação da língua com a cultura parece evidente, sobretudo a um professor de língua, como também é o meu caso. Talvez não seja tão evidente a relação da língua com a perceção de realidade que uma comunidade tem.

O próprio conceito de realidade é muito mais complexo do que o senso comum deixa antever.

O que me parece importante realçar é o fato de todos, como indivíduos, como falantes, podermos ter “uma palavra a dizer”, a construir, relativa à nossa cultura, à nossa realidade.

Neste meu caso, que apresentei nesta homenagem a Robert L. Cooper, trata-se de um exemplo que espero ser claro do Planejamento Linguístico e Mudança Social, como a famosa obra deste autor publicada em 1989.

## BIBLIOGRAFIA

- ? (17??). *Nova relação da batalha naval, que tiveram os algaravios com os saveiros nos mares, que confinaõ com o celebrado paiz da Trafaria*. Catalumna: En la Imprenta de Francisco Guevarz.
- Breton, Yvan. (1981). L'anthropologie sociale et les sociétés de pêcheurs: réflexions sur la naissance d'un sous-champ disciplinaire. *Anthropologie et Sociétés*(V), 7-27.
- Brito, Raquel Soeiro de. (2009). *Palheiros de Mira: Formação e Declínio de um Aglomerado de Pescadores [1960]* (Reedição Facsimilada Com um Post Scriptum da Autora, da Edição de 1960 do CEG-UL ed.). Praia de Mira: Centro de Estudos do Mar - CEMAR.
- Cooper, Robert L. (1989). *Language Planning and Social Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Correia, Romeu. (1950). *Calamento*. Lisboa: Parceria.
- Filgueiras, Octavio Lixa (1976). *The xavega boat. A case study in the integration of archaeological and ethnological data*. Paper presented at the Sources and Techniques in Boat Archaeology National Maritime Museum, Greenwich.
- Kaplan, Robert B., & Baldauf Jr., Richard B. (1997). *Language Planning - from practice to theory*. Clevedon, UK: Multilingual Matters Ltd.
- Neves, Mário Silva. (2008). *Costa da Caparica, no Areal do Tempo*. Costa da Caparica.
- Nunes, Francisco Oneto. (1993). *Vieira de Leiria: A História, O Trabalho, A Cultura*. Vieira de Leiria: Junta de Freguesia de Vieira de Leiria.
- Oliveira, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, & Pereira, Benjamim. (1994). *Construções Primitivas em Portugal* (3ª ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Ricento, Thomas. (2000). Historical and theoretical perspectives in language policy and planning. *Journal of Sociolinguistics*, 4(2), 196-213.
- Salomão, Ricardo. (2010a). Fórum Costa da Caparica: Em Defesa da Cultura Popular Ricardo Salomão (Ed.) *Fórum Costa da Caparica: Em Defesa*

da *Cultura Popular* Acessível em

<http://www.salomao.pt/forumcostadacaparica/index.html>

Salomão, Ricardo. (2010b). *Palheiros da Costa da Caparica*. Comunicação apresentada em Fórum Costa da Caparica: Em Defesa da Cultura popular, Costa da Caparica. Acessível em <http://www.salomao.pt/wp/wp-content/uploads/2013/10/Palheiros-da-Costa-da-Caparica-Em-Defesa-da-Cultura-Popular.pdf>

Salomão, Ricardo. (2012). *O Povo das Dunas*. Comunicação apresentada em Colóquio Saberes Interculturais - Ambiente e Gentes do Litoral: Brasil, Moçambique e Portugal, Lisboa. <http://www.salomao.pt/wp/wp-content/uploads/2013/10/O-Povo-das-Dunas.pdf>

Silva, António Arthur Baldaque da. (1891). *Estado actual das pescas em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Souto, Henrique. (2007). *Comunidades de pesca artesanal na costa portuguesa na última década do século XX*. Lisboa: Academia da Marinha.

Spolsky, Bernard. (2004). *Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Spolsky, Bernard. (2009). *Language Management*. Cambridge: Cambridge University Press.

Vasconcelos, José Leite de. (1941). *Etnografia Portuguesa* (Vol. Vol. III). Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

Wright, Sue. (2004). *Language Policy and Language Planning - From Nationalism to Globalisation*. Hampshire: Palgrave Macmillan.